



RELUCI – 3.2.2 (IPASMA)

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre - IPASMA

Gestor responsável: Jacqueline Oliveira da Silva

Exercício: 2024

1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal, essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício de 2024, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Conceitua-se como **Contas de Gestão** o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, fiscal, patrimonial e operacional, que alcança as tomadas ou prestações de contas dos administradores de recursos públicos, submetido ao TCE-ES para julgamento.

1.1. Impossibilidade da Análise de Demonstrativos Contábeis

Antes de detalharmos os pontos de controle selecionados para análise, é fundamental abordar algumas questões preliminares que podem prejudicar a análise da presente Prestação de Contas Anual por parte desta UCCI.

Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, da IN TC nº 68/2020, a PCA compreende um conjunto de demonstrativos contábeis derivados da PCM, dos relatórios de gestão e de outras peças e documentos necessários para a prestação de contas dos responsáveis.

As normativas do TCE-ES determinam quais pontos de controle devem ser examinados pelo Controle Interno na PCA do exercício. Os principais pontos dizem respeito à consistência dos dados apresentados nos balanços e demonstrativos contábeis.

No entanto, é importante notar que o Conselho Federal de Contabilidade estabelece que a análise de demonstrativos contábeis é uma atividade exclusiva de profissionais com



formação acadêmica em ciências contábeis e devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em 2018, o CRC/ES emitiu uma notificação aos Controladores dos municípios capixabas, alertando-os sobre a proibição de realizar análises de demonstrativos contábeis caso não possuam a qualificação exigida, sob pena de incorrerem em crime de exercício ilegal de profissão, conforme o art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688/1941.

No caso específico do Controlador Geral do Município de Alegre, embora tenha formação acadêmica em direito, não possui graduação em ciências contábeis nem está registrado no CRC/ES.

Na PCA de 2017, o então Coordenador de Controle Interno do Município de Alegre optou por não analisar os demonstrativos contábeis enviados ao TCE-ES, o que resultou na citação do Prefeito Municipal para apresentar justificativas pela falta de medidas necessárias para viabilizar a análise dos demonstrativos contábeis.

Diante dessa situação, a UCCI enviou um Ofício ao ex-Prefeito Municipal solicitando a designação de um servidor com formação em ciências contábeis e registro no CRC/ES, e que não estivesse envolvido com as contas das UG's, para realizar a análise dos demonstrativos contábeis de forma imparcial.

Em resposta, o ex-Prefeito Municipal informou que não possuía um profissional com essas características em seu quadro de servidores, mas destacou que contratou uma empresa especializada para reformular o plano de cargos e carreira dos servidores da Prefeitura de Alegre, incluindo a criação de cargos efetivos de auditores para a Controladoria.

Essa reformulação resultou na aprovação de uma nova estrutura administrativa pela Lei Municipal nº 3.582/2020, que incluiu a criação do cargo de Controlador Geral do Município, Superintendência de Controle Interno, Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados, Superintendência de Ouvidoria e Participação Social, e Diretoria de Integridade e Transparência.

No entanto, o Projeto de Lei que previa a criação do cargo efetivo de Auditor de Controle Interno ainda não foi aprovado até a presente data.

Portanto, devido à falta de formação em ciências contábeis e registro no CRC/ES, evidenciada está a impossibilidade do atual CGM em analisar os demonstrativos contábeis e demais documentos que demandam conhecimento técnico na área.



1.2. Quadro de Pessoal da Unidade Central de Controle Interno

No exercício de 2024 para as atividades da UCCI foram disponibilizados 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

Cargos	2024	Decreto de nomeação	Data da nomeação
Controlador Geral do Município	01	11.581/2020	01/04/2020
Superintendente de Controle Interno	01	12.233/2021	01/06/2021
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	N/A	N/A
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	13.468/2024	27/05/2024
Diretoria de Integridade e Transparência	01	13.512/2024	01/07/2024

Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre adota a técnica da divisão de sua administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.

Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a UCCI é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) unidades, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.

2. PONTOS DE CONTROLE PRIORITÁRIOS E COMPLEMENTARES SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO

1. Itens de abordagem prioritária					
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.2	Despesa – realização sem	Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Contas de Gestão



	prévio empenho		de conformidade		(Todas as UG's)
2. Gestão Previdenciária					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Análise documental; revisão analítica; conciliação	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Análise documental; revisão analítica; conciliação	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Análise documental; indagação.	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Contas de Governo e Contas de Gestão do RPPS
1.3. Gestão patrimonial					
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental) Revisão Analítica	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais	Contas de Governo Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.5. Demais atos de gestão					
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2. Itens de abordagem complementar					
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.3. Gestão patrimonial					
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5. Gestão Previdenciária					
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	CRFB/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Análise documental; revisão analítica; recálculo.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Contas de Governo e Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5.4	Alíquota de contribuição –	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69;	Análise documental;	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições	Contas de Gestão



	Retenção e Recolhimento	Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.	revisão analítica	patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	(Todas as UG's)
2.5.7	Servidores Cedidos	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24	Análise documental; indagação.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Contas de Gestão (Todas as UG's) e Contas de Gestão do RPPS
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.	Análise documental	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5.18	Avaliação atuarial – reavaliação anual	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I.	Análise documental	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. II; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Análise documental; indagação.	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.43	Pagamento indevido – beneficiários falecidos	Lei 4.320/1964, art. 63.	Análise documental; confirmação externa.	Verificar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos.	Contas de Gestão do RPPS
2.6. Demais atos de gestão					
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

O presente tópico, intitulado “Constatações e Proposições”, visa fornecer uma análise abrangente dos achados e proposições relacionados aos pontos de controle selecionados para avaliação, conforme delineado na Tabela Referencial 1 da IN nº 68/2020 do TCE-ES.



1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
-------	---	--------------------------	---	---	----------------------------------

No âmbito da auditoria governamental de conformidade, realizada pela UCCI, não foram identificadas despesas executadas sem a devida emissão de empenho prévio, em observância ao disposto no artigo 60 da Lei nº 4.320/1964.

Ademais, constatou-se a conformidade da situação com a legislação aplicável, estando as informações devidamente registradas e acessíveis no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre, bem como das respectivas Autarquias Municipais.

1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Análise documental; revisão analítica; conciliação	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9717/1998 art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local	Análise documental; revisão analítica; conciliação	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Análise documental; indagação.	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Contas de Governo e Contas de Gestão do RPPS

A Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a lei que regulamenta os Regimes Próprios de Previdência Social, asseveram o dever de o ente público observar as alíquotas e prazos para pagamento, retenção e repasse das obrigações previdenciárias patronais e dos servidores.

O artigo 61 da Lei Municipal nº 3.631/2021, que instituiu a reforma da previdência no Município de Alegre, assim prevê:

Art. 61 - A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou outras importâncias devidas ao Regime Próprio pelos segurados, pelo ente público ou pelo órgão que promover a retenção, deverão ser repassadas ao IPASMA até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da ocorrência do respectivo fato gerador.



Os subitens 1.2.2 e 1.2.4, tratam sobre gestão previdenciária, analisando se os pagamentos das obrigações previdenciárias decorrentes dos encargos patronais de cada Unidade Gestora, referente às alíquotas normais e suplementares, devidas ao Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre - IPASMA, bem como a retenção/repasse da contribuição previdenciária dos servidores, foram repassados tempestivamente até o dia 20 de cada mês, os quais, referentes ao exercício de 2024, ocorreram de maneira tempestiva.

Verificamos também a existência de desequilíbrio financeiro e atuarial no RPPS, porém, estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.

Dessa forma, infere-se que a fiscalização ocorreu de maneira efetiva, sendo os prazos para pagamentos, retenções e repasses respeitados em sua integralidade.

2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
--------	--	--	---	---	----------------------------------

Desde setembro de 2022, a UCCI vem abordando este tópico de forma contínua, emitindo numerosas notificações à Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento (SEFIP). Observamos a falta de um regulamento específico para garantir a observância da ordem cronológica de pagamentos, bem como a ausência de divulgação desta ordem no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre.

Após uma persistente atuação, conseguimos alcançar resultados positivos. O Decreto nº 12.997/2023 foi promulgado, estabelecendo a obrigatoriedade de seguir a ordem cronológica de pagamentos no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Alegre.

Além disso, foram implementados e estão em pleno funcionamento dois menus no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre, especificamente na seção de despesas, destinados à divulgação da “Ordem Cronológica dos Pagamentos”, garantindo maior transparência e conformidade com a legislação vigente.

2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
-------	--	--	---	---	----------------------------------



A presente ação fiscalizatória teve o objetivo de avaliar se os precatórios judiciais foram objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na Constituição Federal de 1988.

Por meio do OFÍCIO FINANÇAS/PMA Nº 151/2024, a Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento respondeu a solicitação anterior, informando que os precatórios, cujo prazo para pagamento expiraria em 31/12/2024, foram integralmente quitados, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na Constituição Federal de 1988.

2.5.7	Servidores Cedidos	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24	Análise documental; indagação.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Contas de Gestão (Todas as UG's) e Contas de Gestão do RPPS
-------	--------------------	---	--------------------------------	--	---

Em relação ao item 2.5.7, a UCCI emitiu uma notificação à empresa responsável pelo Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre, solicitando a implementação do menu “Convênios de Cessão de Servidores (Documentos)”. Após essa notificação, o setor de Recursos Humanos (RH) forneceu uma listagem atualizada de todos os documentos de cessão de servidores, os quais agora estão disponíveis no referido menu, sendo acessíveis ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Posteriormente, entramos em contato com a Diretora Presidente do IPASMA para informá-la sobre a existência desse menu, constatando que o RPPS tem conhecimento de todos os servidores que estão cedidos.

2.5.18	Avaliação atuarial – reavaliação anual	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I.	Análise documental	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Contas de Gestão do RPPS
--------	--	--	--------------------	--	--------------------------

O ponto de controle em questão avalia se o RPPS promove a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

A Lei nº 9.717/1998, em seu artigo 1º, inciso I, estabelece, além da necessária observância das normas gerais de contabilidade e atuária, o RPPS deve realizar a avaliação atuarial inicial e, em cada balanço, a reavaliação para organização e eventual revisão do plano de custeio e benefícios. Senão, veja-se:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos



Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;

Diante disso, visando supedanear as ações de controle desenvolvidas pela UCCI, foi requisitado ao IPASMA, por meio do OFÍCIO Nº 090/2024 – UCCI / IPASMA que informasse, em 60 (sessenta) dias, sobre a realização, a cada balanço, da reavaliação atuarial e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Em atendimento, por meio do OFÍCIO Nº 035/2024 – IPASMA / UCCI, o Instituto de Previdência em comento informou que é de praxe a realização de Avaliação Atuarial, considerando a necessidade da inclusão dos dados atuariais na Prestação de Contas Anual. Iniciando, habitualmente, o estudo atuarial no mês de outubro. Informando, inclusive, que a avaliação atuarial com a data-base dezembro/2024, se encontra em fase de elaboração.

2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. II; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Análise documental; indagação.	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.	Contas de Gestão do RPPS
--------	---	--	--------------------------------	---	--------------------------

A presente ação fiscalizatória teve o objetivo de avaliar se o RPPS realiza o recadastramento anual dos aposentados e pensionistas.

O inciso II, art. 9º, da Lei nº 10.887/2004, preconiza o seguinte:

Art. 9º A unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores, prevista no art. 40, § 20, da Constituição Federal:

(...)

II - procederá, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, a recenseamento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime;

Por sua vez, os arts. 12 e 13 da Portaria MPS nº 403/2008, estabelece que:



Art. 12. A avaliação atuarial deverá contemplar os dados de todos os servidores ativos e inativos e pensionistas, e seus respectivos dependentes, vinculados ao RPPS, de todos os poderes, entidades e órgãos do ente federativo.

Art. 13. O Parecer Atuarial deverá conter, de forma expressa, a avaliação da qualidade da base cadastral, destacando a sua atualização, amplitude e consistência.

§ 1º Caso a base cadastral dos segurados esteja incompleta ou inconsistente, o Parecer Atuarial deverá dispor sobre o impacto em relação ao resultado apurado, devendo ser adotadas, pelo ente federativo, providências para a sua adequação até a próxima avaliação atuarial.

Diante disso, visando supedanear as ações de controle desenvolvidas pela UCCI, foi requisitado ao IPASMA, por meio do OFÍCIO Nº 091/2024 – UCCI / IPASMA que informasse, no prazo de 60 (sessenta) dias, sobre a realização, em periodicidade anual, do recadastramento dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.

Assim, por intermédio do OFÍCIO Nº 028/2024 - IPASMA / UCCI, o Instituto de Previdência em apreço informou que o recadastramento dos aposentados e pensionistas ocorre através da plataforma SIRC CADPREV.

2.5.43	Pagamento indevido – beneficiários falecidos	Lei 4.320/1964, art. 63.	Análise documental; confirmação externa.	Verificar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos.	Contas de Gestão do RPPS
--------	--	--------------------------	--	--	--------------------------

A presente ação de fiscalização visa avaliar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos, respeitando, assim, os critérios para liquidação da despesa pública.

O artigo 63 da Lei nº 4.320/1964 dispõe o seguinte:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;



III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Dessa forma, antes de efetuar o pagamento dos proventos de aposentadoria, o Instituto de Previdência deve verificar a quem será concretizado o pagamento. Sendo que, a beneficiários falecidos, não há que se falar em direito adquirido após o óbito, inexistindo qualquer expectativa de recebimento, por parte dos herdeiros, de valores referentes a período posterior ao falecimento do segurado.

Diante disso, visando supedanear as ações de controle desenvolvidas pela UCCI, foi requisitado ao IPASMA, por meio do OFÍCIO Nº 092/2024 – UCCI / IPASMA que informasse, no prazo de 60 (sessenta) dias, sobre a adoção de medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos, sobretudo quanto a efetiva utilização do SIRC.

Por intermédio do OFÍCIO Nº 028/2024 - IPASMA / UCCI, o Instituto de Previdência em apreço informou que o controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos ocorre através da utilização da plataforma SIRC CADPREV.

2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
-------	--	-----------------------------	---	---	----------------------------------

No âmbito da auditoria governamental de conformidade, foi realizada a análise da conformidade do exercício das funções de confiança e dos cargos em comissão no âmbito da Administração Pública Municipal de Alegre, nos termos do artigo 37, inciso V, da Constituição Federal de 1988.

A avaliação tomou por base as seguintes normativas municipais:

- Lei nº 3.582/2020 – Dispõe sobre a Estrutura Administrativa Básica da Administração Pública Municipal de Alegre;
- Lei nº 3.524/2018 – Estabelece o Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal do Magistério Público Superior e Técnico-Administrativo da FAFIA;
- Lei nº 2.249/1995 – Define a Estrutura Administrativa do SAAE;
- Lei Complementar nº 004/2022 – Trata da Reforma Administrativa e da Reorganização do Quadro de Pessoal do IPASMA.

Após análise das disposições normativas e da estrutura funcional vigente, constatou-se que as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de



cargo efetivo e que os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, conforme exigido pela legislação.

No entanto, identificou-se uma irregularidade no preenchimento do cargo de advogado da FAFIA, que, de acordo com a Lei nº 3.524/2018, deve ser provido mediante concurso público ou, excepcionalmente, por contratação temporária, enquanto não realizada a seleção. Contudo, verificou-se que o cargo tem sido ocupado mediante nomeação em comissão, o que contraria a exigência legislativa de provimento efetivo.

Diante desse cenário, a situação foi formalmente reportada ao Chefe do Poder Executivo, que adotou providências para sua regularização. Foi elaborado e encaminhado à Câmara Municipal um projeto de lei visando alterar a natureza do cargo de advogado para assessor jurídico, adequando-se, assim, à exigência constitucional e ao princípio da legalidade na administração pública.

2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
-------	--	---------------------------------	---	--	----------------------------------

O inciso V do art. 37 da Constituição Federal estabelece que um percentual mínimo dos cargos em comissão deverá ser preenchido por servidores de carreira. Esse percentual deverá ser fixado por meio de lei.

O §7º do art. 4º do novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alegre estabelece que dos cargos comissionados criados por lei, será destinado no mínimo o percentual de 30% (trinta por cento) do seu total, relativo às atribuições de direção, chefia e assessoramento a serem ocupados exclusivamente por servidores públicos municipais de carreira.

Art. 4º. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

[...]

§7º - Dos cargos comissionados criados por lei, será destinado no mínimo o percentual de 30% (trinta por cento) do seu total, relativo às atribuições de direção, chefia e assessoramento a serem ocupados exclusivamente por servidores públicos municipais de carreira.



Através do Ofício Circular nº 001/2024, esta UCCI divulgou ao Prefeito Municipal, assim como aos demais dirigentes da alta administração, a respeito da Lei Municipal nº 3.825/2023, que instituiu o Novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alegre. Nessa comunicação, foram solicitadas providências em relação ao percentual mínimo de cargos em comissão que deverão ser ocupados por servidores de carreira.

Posteriormente, por meio do Ofício nº 031/2024 – UCCI / GAB, datado de 20/02/2024, Processo nº 1044/2024 (GED), a UCCI informou ao Prefeito Municipal sobre a constatação feita com base nos Ofícios 006, 009 e 010/2024 emitidos pela Diretoria de Recursos Humanos. Constatou-se que, dos 132 cargos comissionados elegíveis, apenas 22 estão ocupados por servidores públicos municipais de carreira. Diante dessa discrepância em relação ao percentual estabelecido pela Lei nº 3.825/2023, torna-se necessário adotar medidas para alcançar a conformidade legal.

Essas medidas podem incluir a nomeação de mais servidores efetivos para ocupar os cargos em comissão ou a redução dos cargos comissionados não ocupados por efetivos. Considerando que tais medidas demandam treinamento de servidores, recrutamento de novos profissionais para os cargos e elaboração de estratégias adequadas, e levando em consideração os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, esta UCCI recomendou ao Prefeito Municipal se empenhe ao longo do exercício de 2024 para alcançar o percentual de 30% estabelecido pela Lei.

Contudo, essa meta não foi atingida ao longo do exercício de 2024, ficando o percentual abaixo dos 30% exigido pela legislação municipal.

2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
-------	---	------------------------------	---------------------------------------	---	----------------------------------

Conforme determinação do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, todas as contratações temporárias realizadas pelo Município de Alegre foram efetuadas em observância à legislação municipal vigente. Especificamente, tais contratações atenderam às disposições da Lei Municipal nº 3.611/2020, que regula a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

A referida legislação estabelece os critérios e procedimentos necessários para a formalização dessas contratações, garantindo conformidade com os princípios da



legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Dessa forma, todas as admissões temporárias realizadas foram devidamente fundamentadas, respeitando os requisitos normativos e os pressupostos legais que justificam a necessidade excepcional do vínculo temporário.

4. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sra. **Jacqueline Oliveira da Silva**, gestora do **Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre - IPASMA**, relativa ao exercício de 2024.

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades da UCCI ao longo do exercício de 2024, percebe-se com clareza que cumprimos devidamente com as nossas atribuições e competências, contribuindo de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados da “Tabela Referencial 1” da Instrução Normativa TC nº 68/2020, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR COM RESSALVA** (Item 1.1).

Alegre/ES, 20 de março de 2025.

KASSIO VALADARES AMORIM
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 11.581/2020